

SOBRE O 11 DE SETEMBRO: INVESTIGANDO AS RAÍZES DO FUNDAMENTALISMO¹

Maurício Vieira Martins²



Resumo:

Por ocasião da passagem de um ano dos atentados de 11 de setembro, este artigo investiga as origens sociais do chamado fundamentalismo islâmico, enfatizando a insuficiência de uma abordagem apenas religiosa para dar conta da complexidade de fatores aí envolvidos. Quando se enfrenta o contexto sócio-político onde o discurso fundamentalista lança raízes, evidenciam-se marcantes recorrências nos países onde ele mais cresce (uma posição historicamente desfavorável na divisão internacional do trabalho, dificuldades em estabelecer projetos de desenvolvimento auto-sustentado, etc). Recusando a teoria do “choque das civilizações”, sustenta-se que na verdade estamos imersos num mundo internacionalizado, que incide heterogeneamente sobre as diferentes culturas.

Palavras chave: fundamentalismo islâmico – globalização – 11 de setembro

Abstract:

By occasion of the passing of one year since the September 11 attacks, this article investigates the social origins of the so-called Islamic fundamentalism, emphasizing the insufficiency of an exclusively religious approach to analyze the complexity of the factors involved therein. When facing the socio-political context from which the fundamentalist discourse gave rise, notable recurrences appear in countries where it grows the most (a historically unfavorable position in the international division of work, difficulties in establishing self-sustaining development projects, etc.). Denying the theory of the “clash of civilizations”, one can sustain that we are immersed in an internationalized world, based heterogeneously upon different cultures.

Keywords: Islamic fundamentalism – globalization – September 11

Inicialmente, cabe frisar a importância deste evento organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Como nós sabemos, a data de hoje marca a passagem de um ano dos atentados ocorridos nos Estados Unidos, em 11 de setembro. E não resta dúvida que é da maior relevância que os profissionais ligados à universidade dêem a sua contribuição para o equacionamento mais correto possível deste fato, que é objeto de tantas apropriações diferentes e, mais do que isso, originou alterações reais na política externa e interna de vários países.

Como uma das minhas áreas de pesquisa é a sociologia da religião, num primeiro momento desta intervenção dividirei aqui com vocês algumas considerações sobre aquilo que se convencionou chamar de fundamentalismo islâmico. Num segundo momento, tentarei articular estas considerações com uma análise mais ampla, política e social, do contexto que gera a emergência deste fundamentalismo, mostrando qual o papel que ele desempenhou nos atentados de 11 de setembro.

I

Penso que a maneira mais fecunda de se ingressar no tema do fundamentalismo religioso consiste em frisar um tópico que é conhecido por aqueles pesquisadores que se dedicam ao estudo da sociologia das religiões, mas que tende a ser negligenciado pelo público não afeito a estas pesquisas. Refiro-me ao ensinamento que nos mostra que *as características de uma prática religiosa não se determinam apenas pelo seu corpo doutrinário, mas também, e sobretudo, pelo contexto histórico onde ela lança raízes profundas* e que vai sendo

sucessivamente transformado ao longo do tempo. No nosso caso em questão, isso significa que para se entender os rumos assumidos pelo fundamentalismo de origem islâmica, não basta que estudemos o conjunto de documentos de origem religiosa – são documentos milenares - que compõem a sua tradição; pois igualmente importante é conseguir detectar como esse antigo *corpus* doutrinário vem sendo continuamente reinterpretado através da história. Quero dizer com isso que uma abordagem puramente *genética* da questão (no sentido de uma ênfase unilateral na *gênese* histórica do fenômeno) seria manifestamente insuficiente, pela simples razão de que esta gênese vai sendo como que transubstanciada pelos diferentes processos que a afetam no transcurso histórico. Ao fim e ao cabo, há que se reconhecer a *centralidade do presente como pano de fundo estruturante que modifica e sobre o qual se enraízam os diferentes fundamentalismos*. Basta lembrar que muitos analistas frisaram que a cena do impacto dos aviões sobre as Torres gêmeas no 11 de Setembro incorporou elementos da linguagem dos filmes de ação norte-americanos, como que a indicar o atravessamento deste ato pelos elementos de uma cultura cinematográfica contemporânea.

Se é assim, ou seja, reconhecida a centralidade do presente contemporâneo como contexto ontológico determinante, veremos que o que existe na verdade são *os islamismos*, diferentes entre si, que podem se desenvolver em várias vertentes bastante heterogêneas. Grosso modo, é correto afirmar que elas vão desde numa relação de compatibilidade com a lei civil - e quando isso ocorre o que se verifica é a existência de um estado laico, racionalista³ (o que em nada contradiz o fato da maioria da população professar seu credo islâmico) -, até a polaridade

oposta, em que o poder religioso absorve o poder mundano. Esta última possibilidade gera uma espécie de teocracia tardia, da qual o violento regime Taleban é talvez o modelo mais extremo. Lembremos de passagem que o texto doutrinário islâmico fundamental, o Alcorão, não se estende sobre a organização política das instituições mundanas; fato que permite uma pluralidade de interpretações, muitas delas conflitantes entre si, a respeito do que, nos termos da teoria política ocidental, nomearíamos como a relação entre estado e sociedade civil.

Nosso próximo passo consistirá em examinar agora a pergunta: e o que determina afinal esta diversidade dos islamismos? O encaminhamento desta questão vai de novo nos remeter ao trajeto histórico singular que cada país do mundo muçulmano percorreu, e não apenas à interpretação exegética dos textos religiosos; ou seja, interessa sobretudo saber como a sociedade civil de cada país se organizou, seja no plano da composição das suas forças internas - e também como estado nacional -, seja nas suas mutantes relações internacionais (pois veremos adiante que este atravessamento internacional é simplesmente decisivo para que se compreenda corretamente algumas características assumidas pelo islamismo contemporâneo). Somente uma análise desta natureza nos permite captar as grandes diferenças existentes, por exemplo, entre o Egito e o Paquistão, ainda que em ambos os países o islamismo ocupe um lugar de destaque como prática religiosa. Assim é que uma pesquisa que se inicia investigando representações religiosas termina por desaguar em um complexo terreno de relações sociais e políticas, a serem devidamente articuladas com o objeto inicial da investigação.

Como aqui nós estamos interessados no que se convencionou chamar de fundamentalismo, entendido como aquela postura que propõe um retorno a uma

suposta pureza da doutrina islâmica, carregando consigo uma drástica rejeição dos valores ocidentais, vale indagar o que foi que aconteceu que permitiu a proliferação desta vertente do islamismo. Vertente que contradiz abertamente, por exemplo, uma anterior postura muçulmana tolerante, histórica e emblematicamente representada por um Saladino (1138 - 1193), tendo em vista que o fundamentalismo atual apresenta aquelas bem divulgadas características opressivas que afetam segmentos inteiros da população (como as mulheres), além do drástico cerceamento de certas liberdades civis para ambos os sexos.

Antes de examinarmos as razões que permitiram este crescimento de práticas sectárias, é oportuno esclarecer previamente que *qualquer religião abriga em si bolsões de fundamentalismo*, e isso vale não só para o islamismo mas para praticamente todas as religiões (cf. Armstrong, 2001). Para tomarmos o exemplo do cristianismo, basta lembrar, por exemplo, a intensidade dos movimentos religiosos que protestam contra a legalização do aborto nos Estados Unidos. Conforme é sabido, estes movimento perpetraram atos bastante violentos contra as clínicas norte-americanas, mesmo quando amparadas pela lei civil, que exercem cirurgias abortivas. Da mesma maneira, ativos grupos religiosos daquele país, denominados de *criacionistas*, exercem uma intensa oposição às teorias de Ch. Darwin acerca da evolução dos homens a partir de outros primatas, chegando a travar batalhas judiciais para que o texto bíblico do Gênesis (que apresenta o surgimento do homem como um ato de criação divina) seja ensinado como fonte de verdade aos alunos do ensino fundamental norte-americano.

Apesar destes exemplos muito concretos de um apego excessivo à letra de uma certa tradição religiosa, porém, não ocorre a tantos cidadãos ocidentais qualificar o cristianismo como um todo como

sendo uma religião fundamentalista. Pelo contrário, quando nos defrontamos com estes exemplos, eles são qualificados como sendo restritos a certos setores extremistas, localizados e circunscritos num certo âmbito religioso. Infelizmente, esta relativização cultural não é feita quando se trata do islamismo, pois qualquer ato mais extremo de um grupo de seguidores seus é imediatamente generalizado para o conjunto da religião como um todo⁴. Daí ter sido possível ler na imprensa, com assustadora freqüência (e a Revista *Veja* foi pródiga a este respeito...) a leviana afirmação de que o islamismo é “geneticamente” propenso a desenvolver o fundamentalismo e a intolerância. Afirmação que, dentre outras coisas, revela vários preconceitos e falta de conhecimento histórico, pois é perfeitamente possível haver coexistência do islamismo com regimes políticos democráticos. Além do que, este tipo de discurso suprime o fato de que a cultura muçulmana nos legou avanços importantíssimos na matemática, na astronomia, na ótica, no estudo do corpo humano, etc., e nada disso aparece numa certa negação desta cultura que sustenta que ela seria intrinsecamente voltada para o autoritarismo.

Por outro lado, quando conseguimos admitir que a presença de um segmento fundamentalista (que prega o retorno a uma suposta pureza das origens) na verdade pontua a história de diferentes religiões, *o que passa a se apresentar como questão é saber exatamente o que ocorre para que ele deixe de ser prática minoritária no âmbito mais geral de uma certa religião e consiga assumir a potência necessária para atrair um número maior de praticantes*. Ou seja: qual é afinal, o *campo propício* para que tal segmento se desenvolva?

Quanto a isso, a investigação histórica dos países onde o fundamentalismo muçulmano conseguiu se desenvolver nas últimas décadas revela a existência de algumas recorrências marcantes, que po-

dem ser sinteticamente enumeradas da seguinte forma: 1) a existência de um passado colonial vivido por vários países que – mesmo depois da descolonização ocorrida ao longo do século XX - deixou uma herança particularmente pesada. (Sobre este ponto, vale recordar que já no século XIX, o escritor português Eça de Queiroz, nas suas *Cartas de Londres*, lamentava o violento tratamento dado pela Inglaterra ao Afeganistão!); 2) some-se a este passado colonial o posterior insucesso daqueles projetos nacionalistas que se apresentam como alternativa de desenvolvimento, muitas vezes imbricados a propostas socialistas. Tais projetos modernizantes não conseguiram alcançar o almejado desenvolvimento que incluísse setores historicamente excluídos das populações locais; 3) uma posição tensa durante a Guerra Fria, que opunha o bloco norte-americano ao bloco soviético, potências que exerciam forte ação manipulatória sobre as forças políticas e sociais destes países. Com o colapso do bloco socialista, o que se presencia é uma *modernização excludente*, que perpetua antigas desigualdades entre grupos sociais, associada a um uso intensivo de tecnologia que coloca o desemprego como realidade a ser enfrentada principalmente por vastos contingentes da população jovem.

Por tudo isso, é correto afirmar que *o fundamentalismo muçulmano tem características reativas muito acentuadas*. Ele reage a uma intensificação de um certo modelo de sociabilidade que é visto como ameaça às identidades culturais mais antigas. A única linguagem política que esta reação encontra para se manifestar é propor um fortalecimento de uma cultura comunitária, na sua vertente mais conservadora, idealizando o passado do Islã, que passa a ser visto como uma idade de ouro a ser novamente restaurada. Não resta dúvida que este suposto *revival* de uma cultura comunitária é vivido em sua dimensão mais autoritária, basta observar o trata-

mento repressivo dado às mulheres, na verdade a ponta de um iceberg de todo um discurso e uma prática de restrições de direitos civis e políticos.

O ponto que desejo colocar aqui em evidência é que este fortalecimento de um discurso fundamentalista só é compreensível quando cotejado com o contexto de aguda dissolução de valores comunitários que marca as sociedades onde ele incide. Estamos lidando com uma modernidade que não conseguiu resolver antigos problemas da região. Pois se unirmos a urbanização acelerada, o desemprego crescente, a concentração de renda e a miserabilidade, *ficam dadas as condições para a proliferação de um discurso que promete aos seus fiéis aquilo que eles não conseguem no aqui e agora: uma existência humana mais digna.* A análise de tal discurso coloca em evidência uma espécie de lógica compensatória que se caracteriza por prometer a seus seguidores uma situação de bem estar *post-mortem* que eles simplesmente não encontram em sua existência terrena. Daí a aceitação, principalmente por parte de homens jovens muçulmanos, da convocação para os cada vez mais freqüentes ataques suicidas, tão estranhos para a mentalidade ocidental; não sendo excessivo lembrar que o paraíso islâmico, diferentemente do de algumas outras religiões, é cheio de prazeres terrenos, em tudo diferente da carência real com que seus seguidores se defrontam em seu cotidiano. É certo que nossa referência aqui não é aos líderes do movimento, já que, como costuma ocorrer em vários contextos extremistas, a liderança é formada por um número restrito de indivíduos oriundos de um estrato social mais alto (todos sabemos que Osama bin Laden é um homem rico). Aqui, trata-se apenas de discernir quem são os numerosos seguidores da "base" do movimento, os que se dispõem a executar as tarefas mortais que seus líderes exigem, acenando com a promessa de compensações num espaço

transcendente.

No que diz respeito às causas mobilizadoras de uma aversão tão acentuada, por parte destes setores fundamentalistas, à cultura ocidental em geral e aos Estados Unidos em particular, os especialistas em relações internacionais chamam a atenção para alguns pontos que enumeraremos a partir de agora. Inicialmente, temos a presença de tropas militares norte-americanas na Arábia, em locais considerados sagrados pela religião muçulmana. Esta presença se articula com o *apoio histórico ocidental a governos corruptos da região, em nome de interesses estratégicos na comercialização do petróleo*, matéria prima crucial para um certo tipo de desenvolvimento econômico em que investem as principais potências capitalistas do planeta. Acrescente-se a isso uma prática de agressões continuadas ao Iraque, que acabam por atingir a população civil daquele país (aviões norte-americanos e ingleses atacam com relativa freqüência alvos iraquianos, sem que sequer uma declaração formal de guerra tenha sido feita àquele país!).

E, finalmente, é impossível deixar de mencionar o apoio dos Estados Unidos à ocupação dos territórios palestinos por parte de Israel (iniciada já no final da década de 60), que inflige contínuas humilhações àquele povo. Aliás, qualquer análise minimamente serena do que ocorre no Oriente Médio deve levar em conta a sistemática violação, por parte de Israel, das sucessivas decisões da ONU que se pronunciam contra esta ocupação territorial ilegal. Numa estranha inversão de perspectivas, porém, grande parte da mídia ocidental reserva a denominação de terroristas apenas para os ativistas palestinos, enquanto o terrorismo de estado israelense, intensamente armado e institucionalizado, passa a ser descrito como um procedimento de auto-defesa de Israel. A existência de dois pesos e duas medidas também fica extraordinariamente

nítida quando sabemos os países que desrespeitam decisões da ONU recebem tratamentos diferenciados conforme sua condição de aliados ou adversários dos Estados Unidos. Quando se trata de aliados, como é o caso de Israel, trabalha-se sistematicamente para que a transgressão (no caso, a ocupação indevida dos territórios palestinos) seja naturalizada, num esforço para que ela por fim caia no esquecimento. Já quando se trata de um país adversário – como é o caso do Iraque⁵ – ela serve como pretexto para uma invasão armada.

Quando se reúne este conjunto de fatos, que dizem respeito a uma política externa profundamente equivocada das potências ocidentais para com os países do Oriente Médio, ficam dadas as condições para o desenvolvimento de um ódio intenso dirigido à cultura ocidental em geral, sentida como opressora, e em particular aos Estados Unidos. Desnecessário dizer que este ódio grassa com mais intensidade entre as populações menos instruídas – muitas vezes incapazes de canalizar sua insatisfação através de outros canais – funcionando como o motor dos lamentáveis atentados suicidas de 11 de setembro, que custaram a vida de tantos inocentes.

II

São considerações como estas que nos permitem passar do plano de uma análise religiosa do fenômeno para a sua inserção no contexto mais geral, ontológico, que molda aspectos decisivos do carecimento religioso. E a partir de agora será necessário voltarmos nossa atenção com mais vagar para aqueles aspectos históricos e sociais mencionados logo ao início desta abordagem. Quando fazemos isso, percebemos com clareza que o fundamentalismo é o perverso reverso da moeda de um certo tipo de

estruturação da economia internacional. *Pois não cabe supor que haveria uma cultura ocidental autônoma e auto-subsistente, a qual se oporia um fundamentalismo, igualmente autônomo e auto-subsistente, pois o que se está tentando aqui demonstrar é que o fundamentalismo nasce precisamente de um desenvolvimento desigual verificado no circuito internacional, que em alguns locais produz um vazio de alternativas políticas em países que foram historicamente fornecedores de matérias primas e objeto de uma dominação por parte de potências desenvolvidas⁶.* A presença de interesses internacionais na área é tão intensa e marca de tal forma mesmo a política interna de países como a Arábia, o Paquistão, o Kuwait, que qualquer análise que desconheça esta realidade finda por ser apenas parcial. Pois estamos falando de uma região produtora de petróleo e de matérias primas essenciais ao funcionamento do sistema de trocas internacionais; as potências ocidentais têm históricos interesses estratégicos na área e chegam mesmo a gerar impedimentos à circulação de novas tecnologias através de leis de patentes restritivas.

Torna-se então bem claro que uma abordagem como a desenvolvida por Samuel Huntington em seu famoso livro *O choque de civilizações* (2000), capta apenas um aspecto parcial do que está ocorrendo. No fundo, o que a noção de choque de civilizações supõe é que existe uma essência de uma civilização ocidental à qual se oporiam outras civilizações, cada uma delas caracterizada por um núcleo cultural irreduzível às demais. A esta visão, cabe opor a análise que demonstra que o atual sistema internacional já está constituído há literalmente séculos, mantendo relações de intercâmbio entre as diferentes nações que o formam. A partir do século XX, este processo vem se intensificando com uma velocidade cada vez maior, a ponto de hoje em dia já não existirem dúvidas de que *a socialização primária, pelo mundo afora, já é a socialização capitalista, com toda a mercantilização que a caracteriza.* E esta

constatação não achata as inegáveis diferenças de culturas e de modos de vida entre os diferentes países (que são o legítimo objeto, por exemplo, de uma pesquisa antropológica especializada). Ela apenas evidencia a presença estruturante de algumas determinações macro-econômicas que se presentificam de modo muito palpável no cotidiano dos países do mundo muçulmano, como a presença avassaladora do dinheiro em todas as relações sociais, os circuitos produtivos e distributivos das mercadorias moldados (e muitas vezes deformados) de acordo com os imperativos do valor de troca, a realidade da concentração de renda e do desemprego com todo seu corolário de conseqüências. Insistimos: trata-se de um sistema econômico único que se realiza diferencialmente em torno do planeta; perder de vista esta determinação nos levaria a um isolamento arbitrário do objeto de análise que deve ser evitado a todo custo.

Ainda no que diz respeito à configuração atual assumida pela política internacional, cabe reiterar que ela não é inteligível se não levarmos em conta o papel preponderante dos Estados Unidos, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Destarte, se por um lado é correta a afirmação de que “o capital não tem pátria”, por outro lado tal afirmação deve ser modulada com a constatação de que, há mais de cinquenta anos, vem ocorrendo um acúmulo inaudito de empresas, industriais e financeiras, nos Estados Unidos. País que passou a ser então o eixo preponderante de acumulação mundial, ponto de referência central de uma reflexão que deseje entender por onde passa a lógica de desenvolvimento do sistema. E, neste particular, não concordo com aquelas análises desenvolvidas por certos intelectuais de esquerda – em outros aspectos muito lúcidos –, que afirmam que estaria ocorrendo, há várias décadas, um processo de decadência dos EUA⁷. Que

o país vem apresentando graves contradições em seu modo de acumulação, que ele tem dificuldades visíveis em exercer sua hegemonia apenas pela via da persuasão ideológica (sendo portanto obrigado a recorrer permanentemente à ameaça, e à realidade, da força militar), não resta dúvida de que tudo isso é verdade.

Mas, a partir destes registros, seria errôneo supor que está havendo algo como um grande enfraquecimento inexorável no poderio norte-americano. Se entendermos “capacidade de determinar” como um sinônimo possível de “poder causal”, veremos que o poder causal dos EUA é simplesmente enorme. Trata-se de um país que não se submete a nenhuma diretriz oriunda de organismos internacionais (pelo contrário, é ele quem as estipula...); aliás, sequer se cogita da aplicação de uma sanção quando ele não segue, por exemplo, uma deliberação da ONU. Igualmente relevante é avaliar quais são os reais países, ou bloco de países, que poderiam se constituir como um contrapeso real, capaz de opor resistência aos projetos econômicos e políticos do empresariado (em parte internacionalizado, é verdade) norte-americano. E também aqui uma análise serena dos fatos nos mostra que há um longo caminho a ser seguido nesta direção. Mesmo a França, país que historicamente conseguiu desenvolver uma postura de relativa independência face à política externa norte-americana, a rigor limita-se a protestos verbais quando não concorda com as violentas ações dos EUA, mas não dispõe de força suficiente para bloqueá-las (quando simplesmente não adere a várias delas...). Quanto à Rússia..., bem o estado de desagregação atual desta ex-superpotência é tamanho que ela agora engrossa a lista de postulantes dos recursos dos organismos financeiros internacionais. Estes fatos nos mostram que, sob este ponto de vista, os movimentos sociais veiculam conteúdos contestatórios bem

mais avançados do que os Estados Nacionais, pois tem cabido aos primeiros a tarefa de se opor de maneira mais firme a uma certa configuração excludente assumida pela ordem mundial. Assim, se é correto afirmar que o sistema internacionalizado já “não tem pátria” (razão pela qual capitais voláteis circulam com enorme rapidez pelo mundo afora), isso não significa que os Estados Nacionais disponham do mesmo poder fático, pois há assimetrias gritantes, por exemplo, entre os membros do G7 - Estados Unidos à frente⁸ - e os demais países.

Aliás, tudo indica que os contínuos prognósticos acerca da decadência e da derrocada iminente do poderio norte-americano correspondem muito mais a um desejo de alguns intelectuais de esquerda do que à realidade dos fatos. Nós, brasileiros que vivemos num país que passou por uma experiência relativamente recente de uma ditadura militar, também teríamos vários exemplos a relatar acerca da parcialidade de um certo tipo de diagnóstico que prevê a derrocada imediata do oponente... (“a ditadura já está caindo”, diziam alguns mesmo nos momentos em que aquele regime visivelmente dispunha de um poder causal muito grande). Se faço este tipo de consideração, não é por estar movido por algo semelhante a uma postura conformista, de resignação diante do estabelecido. É, pelo contrário, por ter a convicção de que só é possível se levar adiante uma atividade de análise e oposição mais conseqüente a um certo *status quo*, quando se avalia com exatidão quais são as reais condições do interlocutor em foco. Os EUA atravessam uma crise, sim (e as contabilidades fraudadas de várias de suas grandes empresas são um bom exemplo disso), mas ainda contam com um poder inigualável, até o momento, no que tange à determinação da política internacional.

Por outro lado, considerações como as que acabei de desenvolver, *não*

devem ser interpretadas como um incentivo para eximir de responsabilidade as elites muçulmanas e nem muito menos os segmentos fundamentalistas: eles devem ser responder pelos atos violentos que cometem. E esta responsabilização deve se dar no âmbito de um Tribunal Penal Internacional, seguindo todos os trâmites que caracterizam um processo legal (o que é muito diferente da guerra perpetrada por alguns países ocidentais, liderados pelos Estados Unidos). Registre-se contudo que assim como é extremamente condenável a prática de atos terroristas como os do 11 de setembro, também a política externa dos países ocidentais foi historicamente agressiva e violenta. Aliás, já que mencionamos a importância de um Tribunal Penal Internacional, vale frisar que ele só terá legitimidade se se dispuser a julgar não apenas os ativistas islâmicos responsáveis por atos terroristas. Pois em seu âmbito deverão ser julgados também - para usarmos um exemplo que vem sendo apontado como emblemático, e sobre o qual já se escreveram livros - políticos como Henry Kissinger, menor intelectual de massacres na metade final do século XX.

Concordo então com a posição de alguns analistas que mostram como é incorreto nos aproximarmos deste conjunto complexo de fenômenos a partir de um binômio analítico que apenas opõe *democracia ao fundamentalismo*, e a partir desta oposição, conclama a todos a apoiar incondicionalmente a assim chamada democracia ocidental numa guerra sem fim contra o fundamentalismo. Ora, a oposição entre democracia e fundamentalismo é insuficiente por várias das razões aludidas neste breve artigo. Por um lado, ela generaliza para o conjunto do islamismo aquelas que são práticas determinadas de um grupo, e passa a olhar com suspeição qualquer grupo de muçulmanos. Pelo outro lado, o da suposta democracia, a oposição fundamentalismo X democracia mascara o fato de que foi precisamente a política externa de países ocidentais -

política extremamente agressiva – que criou o contexto histórico propício para o surgimento de regimes fundamentalistas. Vamos tomar como exemplo o Afeganistão: sua história é a história de sucessivas espoliações levadas a cabo não só por governantes locais mas por diferentes potências ocidentais, que inclusive financiaram governos corruptos, com o temor de que sua população aderisse a propostas nacionalistas ou socialistas que contrariassem seus interesses. É sempre importante lembrar que o Taleban foi educado, formado, armado e financiado com dinheiro ocidental. Osama bin Laden, o inimigo americano de hoje, já foi aliado dos EUA durante o período da Guerra Fria, assim como o próprio Sadam Hussein.

Vê-se então como é equivocada uma análise política da situação que meramente afirma que a ação fundamentalista é motivada por uma inveja irracional da riqueza e da prosperidade de norte-americana, que, nesta visão, passa a simbolizar a liberdade. Ficou bem conhecida a declaração do presidente dos EUA, G. Bush, logo após os atentados: “Não são mais escolhas econômicas ou políticas que estão em jogo agora, mas nossa própria sobrevivência - e, na guerra contra o terrorismo, vocês ou estão conosco ou contra nós”.

Infelizmente, este tipo de formulação do problema – que poderia ser tachada de simplista, se na verdade não ocultasse interesses objetivos muito condenáveis – conseguiu angariar numerosos adeptos, não só no campo político como mesmo no interior do mundo acadêmico. E aqui é impossível não se fazer uma referência à Inglaterra de Tony Blair e seu Partido Trabalhista, infeliz modelo de subserviência integral à política externa norte-americana. Conforme é sabido, a retaguarda acadêmica do trabalhismo inglês inclui nomes importantes das Ciências Sociais contemporâneas. Pois bem,

esta mesma retaguarda produziu, há alguns anos atrás, toda uma elaboração teórica – com diretrizes a serem aplicadas no âmbito das políticas econômico-sociais - que ficou sendo genericamente conhecida pelo nome de Terceira Via, que se apresentava em público como uma alternativa ao liberalismo e ao socialismo (ou melhor dizendo, à social-democracia, já que os defensores da Terceira Via consideravam que o socialismo propriamente dito sequer era uma alternativa viável). E foi particularmente chocante presenciarmos a tímida postura destes renomados acadêmicos ingleses diante da truculenta reação dos Estados Unidos depois do 11 de setembro - que ultrapassou em muito uma legítima defesa -, como que a confirmar o que alguns de seus críticos já haviam detectado anteriormente: a alternativa por eles proposta simplesmente não consegue ultrapassar o marco de um modelo capitalista excludente, apenas contornando alguns dos excessos mais gritantes do paradigma neo-liberal, o que finda por levar a seu descrédito como um projeto político emancipador.

Não aceitar esta espécie de silêncio obsequioso diante dos atos perpetrados pela dupla Bush-Blair (representantes de poderosos grupos de interesse) é um compromisso ético daqueles setores da universidade comprometidos com ideais verdadeiramente democráticos. Ainda mais agora, neste segundo semestre de 2002, quando está sendo feito um enorme esforço para se legitimar uma guerra contra o Iraque; neste momento, é preciso esclarecer que a alegada ameaça da existência de armas químicas ou nucleares por parte daquele país esconde por trás de si motivos nada nobres, vinculados aos esforços de obtenção de petróleo barato, a fim de conseguir uma “fuga para a frente” diante da clara retração econômica que o sistema mundial apresenta. Isso para não mencionar as pressões da fortíssima indústria bélica ocidental, que, por incrí-

vel que isso possa parecer para o observador desavisado, necessita literalmente criar conflitos rotineiros pelo mundo para poder escoar seus armamentos. Também aqui, vemos que alguns movimentos sociais conseguem ter uma postura bastante diferenciada face a de seus governos: não obstante a grande campanha de opinião deflagrada para um bombardeio sobre o Iraque, inúmeras faixas carregadas em passeatas por ativistas ingleses traziam escritos os seguintes dizeres: *Not in my name* (“Não em meu nome”).

Eis aqui uma indicação quanto ao papel possível da universidade no intenso debate internacional que ora se trava. Penso que ele deve ser o de fortalecer aquelas correntes internacionais de opinião - que se traduzem em movimentos políticos efetivos -, que recusam a alternativa que nos conclama a escolher unilateralmente entre a insanidade de um Bin Laden e o belicismo de G. Bush. Pois é um equívoco colocar a questão nestes termos, cabendo à universidade dar sua contribuição na feitura de análises mais próximas da realidade. Análises que não aceitem as categorias que tantas vezes nos são impingidas para o entendimento dos fenômenos, como por exemplo, a mencionada oposição entre democracia e fundamentalismo, usada parcialmente para se legitimar práticas na verdade nada democráticas. Daí a necessidade de um posicionamento muito preciso, que certamente critique os atos terroristas que tiram a vida de tantos inocentes, mas que ao mesmo tempo assinale com vigor o contexto e as causas que originaram tais atos. Talvez seja este o trajeto mais fecundo a ser seguido: o fortalecimento tanto dos movimentos sociais mais lúcidos, como das instâncias internacionais de arbitragem de conflitos (transformando inclusive suas estruturas de poder); canal civilizatório possível para evitar um mundo cada vez mais dilacerado por atos de violência.

REFERÊNCIAS:

AL-JABRI, Mohammed Abed. *Introdução à crítica da razão árabe*, São Paulo, Ed. Unesp, 1999.

ALI, Tariq. *O conflito de fundamentalismos: cruzadas, jihads e modernidade*, Rio, Record, 2002.

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

ARRIGUI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio/S. Paulo, Contraponto/Unesp, 1996.

ESPOSITO, John. *The islamic threat : myth or reality?* Oxford University Press (USA), 2001.

FIORI, José Luis e TAVARES, Maria da Conceição (orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, Petrópolis, Vozes, 1997.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações*, Rio, Objetiva, 2000.

SAID, Edward. *Orientalismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

NOTAS:

¹ Intervenção proferida como parte do seminário ocorrido em 11 de setembro de 2002, intitulado *Religião e Estado: reflexões em torno do 11 de setembro*, evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF. Agradeço ao coordenador do Programa, Prof. Wilson Madeira Filho, o incentivo para a participação. O presente texto em alguns momentos manteve o estilo oral da intervenção original.

² Doutor em Filosofia pela PUC-RJ, Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense.

³ O detalhamento empírico destas afirmações pode ser encontrado no esclarecedor trabalho de Al-Jabri (1999).

⁴ Os trabalhos de Said (1998) e Esposito (2001), dentre outros autores, contêm abundante material a respeito deste histórico “tratamento diferenciado” – e parcial - que foi concedido ao islamismo.

⁵ Para evitar possíveis equívocos de interpretação: nem de longe se está fazendo aqui uma defesa do governo de Sadam Hussein, inequivocamente uma ditadura violenta. O que está em questão, isto sim, é se o reconhecimento do caráter ditatorial de um país é motivo legítimo para se bombardeá-lo, até porque as potências ocidentais já apoiaram – e apoiam! - inúmeros regimes ditatoriais, quando isso é de seu interesse.

⁶ A articulação entre o fundamentalismo islâmico e o sistema internacional abrangente é analisada de forma consistente por T. Ali (2002).

⁷ Tese sustentada, entre outros, por G. Arrigui (1996).

⁸ A posição que está sendo aqui sustentada, diferentemente da de Arrigui, tem analogias com a desenvolvida por Fiori e Tavares (1997)